

RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.398 - RS (2019/0229969-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

RECORRENTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ADVOGADOS : TERESA CRISTINA FERNANDES MOESCH E OUTRO(S) - RS008227

LUCIANA RODRIGUES FIALHO DE SOUZA - RS074531A

SHERON GUTERRES DOS SANTOS - RS093996

JULIANA RECH SIEDSCHLAG - RS091381

FERNANDA PETRY DE ABREU SOUZA - RS100441A

RECORRIDO : NOELY TERESINHA RUZZALIN

ADVOGADOS : ROBSON LUIZ ECKHARDT - RS047807

EDUARDO SCHMIDT TARNOWSKY - RS079922

MARCUS VINÍCIUS MAROSTICA - RS073497

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por OI S/A (em recuperação judicial) contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela Vigésima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em sede de agravo de instrumento, assim ementado (e-STJ fl. 205):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OI S.A. APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS CONCURSAIS E EXTRACONCURSAIS. REFORMA PARCIAL DA DECISÃO.

I. Hipótese dos autos em que o pedido de instauração da fase de cumprimento de sentença foi protocolado em outubro de 2016, tendo o prazo para pagamento espontâneo – e para a apresentação de impugnação – transcorrido *in albis*. Desse modo, conclui-se que a dívida somente tornou-se líquida após o dia 20/06/2016, de modo que se está diante de crédito extraconcursal.

II. Assim, em razão da recente aprovação do plano de recuperação judicial, o juízo *a quo* deverá proceder nos moldes do ofício nº 613/2018/OF, expedido pelo juízo da recuperação judicial, comunicando-lhe a necessidade de pagamento do crédito – que irá observar uma ordem cronológica – e obstando qualquer constrição judicial em desfavor da ré.

Superior Tribunal de Justiça

Agravo de instrumento provido. Unânime.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 234/239).

Em suas razões, com amparo no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, a parte recorrente aponta violação aos artigos 1.022 do Código de Processo Civil de 2015; e 49 e 59 da Lei n. 11.101/2005.

Aduz ter havido omissões e ausência de fundamentação na decisão recorrida, relativamente a questões relevantes para o deslinde da causa.

Aduz que o acórdão recorrido considerou que o fato gerador se dá com o trânsito em julgado e não pelo evento danoso em caso de ações indenizatórias, ao passo que o Superior Tribunal de Justiça, na mesma situação, entende que, estando a empresa em recuperação judicial, o crédito será constituído no momento do ilícito que o motivou, ou seja, do evento danoso.

Alega, ainda, que os valores devem submeter ao plano aprovado na assembleia geral de credores.

Sem contrarrazões (e-STJ fls. 267/268).

O recurso especial foi admitido na origem (e-STJ fls. 278/288).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 3 –, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Assiste razão à recorrente.

De início, o Tribunal de origem entendeu que "[...] o fato gerador mencionado no novo ofício do juízo da recuperação judicial deve ser compreendido como sendo a data em que o crédito se tornou líquido [...]" (e-STJ fl. 210).

Nesse contexto, verifico que o acórdão recorrido está em dissonância com o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, pois a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que "[...] na hipótese de crédito decorrente de responsabilidade civil, oriundo de fato preexistente ao momento da recuperação judicial, é necessária a sua habilitação e inclusão no plano de recuperação da sociedade

Superior Tribunal de Justiça

devedora [...]” (REsp n. 1.447.918/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 7/4/2016, DJe 16/5/2016).

A propósito, confira-se a ementa do supramencionado precedente:

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DISCUSSÃO SOBRE INCLUSÃO DE CRÉDITO EM PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. "DEMANDA ILÍQUIDA". APLICAÇÃO DO § 1º DO ART. 6º DA LEI N. 11.101/2005. CRÉDITO REFERENTE À AÇÃO INDENIZATÓRIA. OBRIGAÇÃO EXISTENTE ANTES DO PEDIDO DE SOERGUMENTO. INCLUSÃO NO PLANO DE RECUPERAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 59 DA LEI N. 11.101/2005. RECURSO PROVIDO.

1. Não há falar em violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, pois o eg. Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha a examinar uma a uma as alegações e os argumentos expendidos pelas partes. Ademais, não se configura omissão quando o julgador adota fundamento diverso daquele invocado nas razões recursais.

2. No caso, verifica-se que a controvérsia principal está em definir se o crédito decorrente de sentença condenatória, proferida em autos de ação indenizatória ajuizada antes do pedido de soerguimento, submete-se, ou não, aos efeitos da recuperação judicial em curso.

3. A ação na qual se busca indenização por danos morais - caso dos autos - é tida por "demanda ilíquida", pois cabe ao magistrado avaliar a existência do evento danoso, bem como determinar a extensão e o valor da reparação para o caso concreto.

4. Tratando-se, portanto, de demanda cujos pedidos são ilíquidos, a ação de conhecimento deverá prosseguir perante o juízo na qual foi proposta, após o qual, sendo determinado o valor do crédito, deverá ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação judicial. Interpretação do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/2005.

5. Segundo o *caput* do art. 49 da Lei n. 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

6. A situação dos autos demonstra que o evento danoso, que deu origem ao crédito discutido, bem como a sentença que reconheceu a existência de dano moral indenizável e dimensionou o montante da

Superior Tribunal de Justiça

reparação, ocorreram antes do pedido de recuperação judicial.

7. Na hipótese de crédito decorrente de responsabilidade civil, oriundo de fato preexistente ao momento da recuperação judicial, é necessária a sua habilitação e inclusão no plano de recuperação da sociedade devedora.

8. Recurso especial provido.

No voto condutor do referido acórdão, o eminente relator – Ministro Luis Felipe Salomão –, ressaltando as peculiaridades do caso, sustentou o seguinte:

[...]

Dessarte, **com o ato ilícito surge o direito de crédito**, cuja quantificação caberá às partes, em comum acordo, ou ao magistrado, por meio de ação indenizatória. Em outras palavras, se o fato (dano) ocorreu, fica postergado a outro momento apenas a mensuração da extensão do infortúnio causado à vítima.

A fixação do valor é protraído no tempo, mas o dever jurídico de indenizar nasce com o evento danoso.

Outrossim, não se olvide que, se houver resistência do agente responsável pelo dano, caberá a intervenção do Poder Judiciário, que declarará uma situação jurídica preexistente (ato gerador do dano) e o condenará ao pagamento da indenização, seja de ordem moral, material ou estética (extensão do dano). Nesse caso, é a partir da sentença que há o dimensionamento do valor, que se torna líquido.

Portanto, o crédito constituído depois de iniciado o processo de recuperação, mas decorrente de sentença ilíquida anterior, deve mesmo constar do plano.

É por tal razão, vale gizar novamente, que, durante o trâmite do processo de recuperação judicial, haverá o prosseguimento da ação na qual se busca indenização por dano moral. Após, sendo determinado o valor, deverá ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade devedora.

No caso em análise, observa-se que o evento danoso, que deu origem ao crédito discutido, ocorreu antes do pedido de recuperação judicial. Por sua vez, a sentença que declarou a existência do dano moral indenizável e dimensionou o montante da reparação também foi proferida em momento anterior ao pedido de soerguimento.

Assim, a meu ver, o crédito já estava constituído antes do início do processo de recuperação judicial, razão pela qual deve ser habilitado no quadro geral de credores. Apenas o trânsito em julgado ocorreu

Superior Tribunal de Justiça

posteriormente.

[...] (sem grifos no original).

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA DANDO PROVIMENTO AO RECLAMO DA AGRAVANTE - INSURGÊNCIA RECURSAL DO AGRAVADO.

1. A situação dos autos demonstra ter o evento danoso que deu origem ao crédito discutido e a sentença reconhecendo a existência de dano moral indenizável ocorrido antes do pedido de recuperação judicial. Apenas o trânsito em julgado ocorreu posteriormente.

2. Consoante entendimento desta Corte, *"Na hipótese de crédito decorrente de responsabilidade civil, oriundo de fato preexistente ao momento da recuperação judicial, é necessária a sua habilitação e inclusão no plano de recuperação da sociedade devedora."* (REsp 1447918/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 16/05/2016).

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp n. 1.153.110/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 8/11/2016, DJe 18/11/2016).

Ademais, na mesma linha de raciocínio, a Terceira Turma desta Corte Superior consignou que *"[...] na hipótese de existir crédito proveniente de responsabilidade civil por fato preexistente ao momento do deferimento da recuperação judicial, é necessária a habilitação e inclusão do crédito em questão no plano de recuperação da empresa correspondente [...]"* (AgRg no AREsp n. 153.820/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 10/9/2013, DJe 16/9/2013). Assim, a ementa do julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DE TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE. RECESSO. VIOLAÇÃO DO ART. 170 DA CF/88. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO. CONTRARIEDADE

Superior Tribunal de Justiça

AOS ARTIGOS 47 E 49 DA LEI N. 11.101/05. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. CRÉDITO REFERENTE À INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO. CABIMENTO. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 59 DA LEI N. 11.101/05. NOVAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 282/STF. INCIDÊNCIA.

1. A comprovação da tempestividade do agravo em recurso especial em decorrência de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem pode ser feita posteriormente, em sede de agravo regimental, desde que por meio de documento idôneo capaz de evidenciar a prorrogação do prazo do recurso cujo conhecimento pelo STJ é pretendido.

2. Para comprovar a tempestividade do recurso, é necessário que o recorrente demonstre qual o período de recesso estabelecido pelo respectivo tribunal, pois, sem essa providência, a atividade jurisdicional é tida como ininterrupta, nos termos da Emenda Constitucional n. 45/2004.

3. Tempestividade do recurso especial comprovada.

4. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça intervir em matéria de competência do STF, sob pena de violar a rígida distribuição de competência recursal disposta na Lei Maior.

5. Na hipótese de existir crédito proveniente de responsabilidade civil por fato preexistente ao momento do deferimento da recuperação judicial, é necessária a habilitação e inclusão do crédito em questão no plano de recuperação da empresa correspondente.

6. Aplica-se o óbice previsto na Súmula n. 282/STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

7. Agravo regimental conhecido para, conhecendo do agravo em recurso especial, conhecer parcialmente do recurso especial e dar-lhe provimento.

Observe, portanto, que é exatamente a hipótese dos autos, no qual o evento danoso que deu origem ao crédito ora discutido e a respectiva sentença condenatória se deram antes do pedido de recuperação judicial, ocorrendo o trânsito em julgado em momento posterior. Dessa forma, considerando que o crédito já estava constituído antes do início do processo recuperatório, merece ser habilitado no plano de

Superior Tribunal de Justiça

recuperação judicial.

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para determinar a inclusão do crédito discutido nos autos no plano de recuperação judicial.

Intimem-se.

Brasília, DF, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

